

Argo Transmissão de Energia S.A.

**Informações financeiras intermediárias referentes
ao período findo em 30 de setembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Argo Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.529	21.212	Fornecedores	13	4.255	2.434
Títulos e valores mobiliários	5.1	50.430	195.661	Encargos sociais e trabalhistas	14	18.171	19.849
Contas a receber de clientes	6	77.868	71.602	Obrigações tributárias	15	10.788	11.272
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	4.277	5.434	Obrigações regulatórias	16	9.174	8.350
Outros tributos a compensar	8	535	374	Dividendos a pagar		45.736	95.295
Contas a receber - Partes relacionadas	22	2.764	3.867	Contas a pagar - partes relacionadas	22	-	6
Despesas pagas antecipadamente	10	546	380	Empréstimos e financiamentos	17	87.651	89.569
Ativo da concessão	9	693.258	670.537	Debêntures	18	79.894	68.778
Outros Ativos		10.913	13.807	PIS e Cofins diferidos	20	32.750	62.025
Total do ativo circulante		861.120	982.874	Provisões	19	88	85
				Outros passivos		31.900	26.562
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		320.407	384.225
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	158.522	124.658	NÃO CIRCULANTE			
Ativo da concessão	9	4.833.115	4.718.447	Empréstimos e financiamentos	17	1.574.273	1.625.279
Outros ativos		5.159	14	Debêntures	18	481.775	497.446
Imobilizado	11	16.363	17.599	Provisões	19	6.955	9.530
Intangível	12	3.296	2.837	Contingências Passivas	21	55	542
Total do ativo não circulante		5.016.455	4.863.555	Outros passivos		282	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	1.076.859	1.005.643
				PIS e COFINS diferidos	20	478.440	436.456
				Total do passivo não circulante		3.618.639	3.574.896
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	23	499.811	499.811
				Reserva de lucros		1.119.133	1.282.498
				Dividendos adicionais propostos		32.659	104.999
				Lucros acumulados		286.926	-
				Total do patrimônio líquido		1.938.529	1.887.308
TOTAL DO ATIVO		5.877.575	5.846.429	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.877.575	5.846.429

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		27.652	76.574	12.417	37.510
Remuneração financeiro do ativo de concessão		164.853	553.189	197.454	556.599
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(13.795)	(60.541)	(42.424)	(20.893)
RECEITA LÍQUIDA	24	178.710	569.222	167.447	573.216
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	25	(1.982)	(9.487)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	25	(6.505)	(16.699)	(8.584)	(19.767)
LUCRO BRUTO		170.223	543.036	158.863	553.449
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	25	(9.332)	(19.639)	(5.780)	(21.185)
Outras despesas e receitas operacionais	25	-	740	350	350
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		160.891	524.137	153.433	532.614
Receitas financeiras	26	8.570	25.859	8.300	27.652
Despesas financeiras	26	(58.809)	(181.114)	(59.641)	(197.943)
RESULTADO FINANCEIRO		(50.239)	(155.255)	(51.341)	(170.291)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		110.652	368.882	102.092	362.323
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	27	(3.660)	(10.740)	(4.105)	(9.108)
Diferido	27	(18.584)	(71.216)	(13.372)	(79.076)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		88.408	286.926	84.615	274.139
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	28	0,1769	0,5741	0,1693	0,5485

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	88.408	286.926	84.615	274.139
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	88.408	286.926	84.615	274.139

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais	de lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		499.811	99.783	467.331	84.385	683.852	32.659	-	1.867.821
Lucro líquido do período	28	-	-	-	-	-	-	274.139	274.139
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(204.207)	(32.659)	-	(236.866)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023		499.811	99.783	467.331	84.385	479.645	-	274.139	1.905.094
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		499.811	99.783	138.176	134.617	909.922	104.999	-	1.887.308
Lucro líquido do período	28	-	-	-	-	-	-	286.926	286.926
Reversão de dividendos adicionais propostos para reserva		-	-	72.340	-	-	(72.340)	-	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(235.705)	-	-	(235.705)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024		499.811	99.783	210.516	134.617	674.217	32.659	286.926	1.938.529

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	01/01/2024 A 30/09/2024	01/01/2023 A 30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		286.926	274.139
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	71.216	79.076
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	10.740	9.150
Provisão para PIS e Cofins diferidos	20	12.709	13.453
Remuneração do ativo de concessão	9	(553.189)	(556.599)
Receita de operação e manutenção	9	(78.212)	(75.253)
Receita de construção	9	(11.530)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	26	(26.552)	(26.165)
Provisões (reversões) de contingências passivas	21	(487)	146
Depreciação e amortização	11 e 12	2.429	1.999
Juros e variação monetária sobre empréstimos	17	122.386	134.241
Juros e variação monetária sobre debêntures	18	48.765	53.861
Amortização dos custos de transação	17 e 18	8.201	4.217
Caixa aplicado nas operações		(106.598)	(87.735)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(6.266)	(11.459)
Ativo da concessão	9	505.542	486.414
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.157	46.313
Outros tributos a compensar	8	(161)	-
Despesas pagas antecipadamente	10	(166)	3.370
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.103	(135)
Outros Ativos		(2.251)	(1.887)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	1.821	(3.952)
Encargos sociais e trabalhistas	14	(1.678)	2.260
Obrigações tributárias	15	(484)	1.356
Obrigações regulatórias	16	824	(93)
Contas a pagar - partes relacionadas	22	(6)	1
Provisões	19	(2.572)	(5.511)
Outros passivos		5.620	9.424
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.740)	(7.623)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		385.145	430.743
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(1.652)	(3.770)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(296.845)	(232.906)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	457.649	332.234
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		159.152	95.558
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos	17	(69.733)	(63.667)
Pagamento de principal de debêntures	18	(25.278)	(27.121)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(113.505)	(118.183)
Pagamento de juros de debêntures	18	(28.315)	(20.923)
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(83.730)	(32.316)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	60.845	-
Dividendos pagos		(285.264)	(263.743)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(544.980)	(525.953)
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(683)	348
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	20.529	21.816
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	21.212	21.468
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(683)	348

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	01/01/2024 A 30/09/2024	01/01/2023 A 30/09/2023
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	78.212	75.253
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.530	-
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	553.189	556.599
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(13.841)	4.758
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(11.284)	(11.026)
Custo de Operação e manutenção	(1.734)	(4.063)
Custo de construção	(9.487)	-
Outros	(9.919)	(9.915)
VALOR ADICIONADO BRUTO	596.666	611.606
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.429)	(1.999)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	594.237	609.607
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	27.099	28.870
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	621.336	638.477
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.336	638.477
Pessoal	20.001	23.228
Remuneração direta	13.060	17.195
Benefícios	2.965	2.353
Encargos sociais	3.976	3.680
Impostos, taxas e contribuições	143.258	153.008
Tributos federais	143.258	153.008
Remuneração de capitais de terceiros	171.151	188.102
Juros	171.151	188.102
Remuneração de capitais próprios	286.926	274.139
Lucro líquido do período	286.926	274.139

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à holding Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão:

- LT 500 Kv Bacabeira – Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada;
- LT 500Kv Parnaíba III – Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km;
- LT 500Kv Acaraú III – Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km;
- LT 500 Kv Acaraú III – Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km;
- Subestação Bacabeira 500 Kv;
- Subestação Paranaíba III 500 Kv e Compensador Estático (-150/300) Mvar;
- Subestação Acaraú II 500 Kv;
- Subestação Tianguá II 500 Kv;
- e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I tem um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida – (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 627.510 (valor para o ciclo 2024-2025) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses, e em dezembro de 2019 entrou totalmente em operação. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resolução Autorizativa:

- DSP nº 2940/2022 de 11 de outubro de 2022

Esse sistema terá como objetivo limitar a sobrecarga nos elementos do sistema de transmissão aos níveis de suas máximas capacidades de sobrecarga em emergência, bem como evitar a perda de sincronismo entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, quando de contingências nas linhas de transmissão de 500 kV que compõem as interligações entre essas regiões.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, para atender a SE Acaraú III, SE Bacabeira, SE Parnaíba III e SE Tinguá II.com investimento previsto de R\$ 12.384 e Receita Anual Prevista de R\$ 2.158, cuja entrada em operação está aguardando a liberação da ANEEL.

Além disso, o mesmo despacho aprovou o projeto de melhoria na SE Bacabeira sem RAP associada.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, contemplando as seguintes instalações: 2 IEDs (UPP/UPA), para atendimento a ambos os circuitos da LT 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; um painel dedicado e 1 GPS para sincronismo; 2 firewalls; 2 amplificadores ópticos, para atendimento às LTs 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; 2 switches na rede PRP e 1 Red Box para conectar ao SAGE.

2 Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 14 de novembro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 27).

2.5 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 31 de janeiro de 2024, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em 01 de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1);
- Passivo de locação em uma operação de *Sale and Leaseback* (alterações ao CPC 6 / IFRS 6);
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 3 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	20.529	21.212
Total	<u>20.529</u>	<u>21.212</u>

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	50.430	195.661
Total	<u>50.430</u>	<u>195.661</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,80% do CDI em 30 de setembro de 2024 (105,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras, sendo que a Companhia revisou o procedimento de aplicação financeira a partir do 2º trimestre de 2024.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva (**)	158.522	124.658
Total	<u>158.522</u>	<u>124.658</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 30 de setembro de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 96,95% do CDI no trimestre findo em 30 de setembro de 2024 (98,12% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	77.868	71.602
Total	<u>77.868</u>	<u>71.602</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos a vencer	57.848	59.290
Títulos vencidos em até 30 dias	1.482	529
Títulos vencidos em até 90 dias	1.313	6.682
Títulos vencidos há mais de 90 dias	17.225	5.101
	<u>77.868</u>	<u>71.602</u>

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.277	5.434
Total	<u>4.277</u>	<u>5.434</u>

8 Outros tributos a compensar

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a compensar	31	8
COFINS a compensar	148	61
ISS a recuperar	3	27
INSS a recuperar	29	4
ICMS a recuperar	201	199
Outros impostos	123	75
Total	<u>535</u>	<u>374</u>

9 Ativo da Concessão

9.1 Composição do Ativo da Concessão

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	3.267.070	3.255.540
Receita de operação e manutenção	439.025	360.813
Receita de remuneração do ativo de concessão	3.915.543	3.362.354
Recebimentos	(2.837.748)	(2.332.206)
Ganho de eficiência (entrada em operação antecipada)	742.483	742.483
Total	<u>5.526.373</u>	<u>5.388.984</u>
Circulante	693.258	670.537
Não circulante	4.833.115	4.718.447

9.2 Margens de obrigações e performance

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Margem de O&M		
Receita	78.212	75.253
Custos	(16.699)	(19.767)
Margem (R\$)	<u>61.513</u>	<u>55.486</u>
Margem Percebida (%)	79%	74%
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Margem de Construção		
Receita	11.530	-
Custos	(9.487)	-
Margem (R\$)	<u>2.043</u>	<u>-</u>
Margem Percebida (%)	18%	-

9.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.209.886
Remuneração do ativo de concessão/Variação monetária	556.599
Receita de operação e manutenção	75.253
Recebimentos	(486.414)
Saldo em 30 de setembro de 2023	5.355.324
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.388.984
Receita de construção	11.530
Remuneração do ativo de concessão/Variação monetária	553.189
Receita de operação e manutenção	78.212
Recebimentos	(505.542)
Saldo em 30 de setembro de 2024	5.526.373

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Seguros a apropriar (*)	491	380
Outras despesas a apropriar	55	-
Total	<u>546</u>	<u>380</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 30.

11 Imobilizado

11.1 Composição do Imobilizado

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edificações, obras e benfeitorias	1.510	(132)	1.378	1.433
Máquinas e equipamentos	19.273	(6.477)	12.796	13.553
Veículos	3.279	(2.089)	1.190	1.541
Móveis e utensílios	1.397	(398)	999	1.072
Total	<u>25.459</u>	<u>(9.096)</u>	<u>16.363</u>	<u>17.599</u>

11.2 Movimentação do Imobilizado

	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido em 30/09/2024</u>
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras e benfeitorias	1.432	-	(55)	1.377
Máquinas e equipamentos	13.555	510	(1.268)	12.797
Veículos	1.540	-	(351)	1.189
Móveis e utensílios	1.072	-	(72)	1.000
Total	<u>17.599</u>	<u>510</u>	<u>(1.746)</u>	<u>16.363</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>17.599</u>	<u>510</u>	<u>(1.746)</u>	<u>16.363</u>

12 Intangível

12.1 Composição do Intangível

	<u>Custo 30/09/2024</u>	<u>Amortização acumulada 30/09/2024</u>	<u>Líquido 30/09/2024</u>	<u>Líquido 31/12/2023</u>
Softwares	5.297	(2.001)	3.296	2.837
Total	<u>5.297</u>	<u>(2.001)</u>	<u>3.296</u>	<u>2.837</u>

12.2 Movimentação do Intangível

	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido em 30/09/2024</u>
Intangível em serviço				
Softwares	2.837	625	(683)	2.779
Total	<u>2.837</u>	<u>625</u>	<u>(683)</u>	<u>2.779</u>
Intangível em Curso				
Softwares	-	517	-	517
Total	<u>-</u>	<u>517</u>	<u>-</u>	<u>517</u>
Total do Ativo Intangível	<u>2.837</u>	<u>1.142</u>	<u>(683)</u>	<u>3.296</u>

13 Fornecedores

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	4.255	2.434
Total	<u>4.255</u>	<u>2.434</u>

14 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	1.901	913
Provisão de bônus	7.898	11.654
Décimo Terceiro Salário	1.402	-
Provisão de férias	4.054	4.298
Encargos trabalhistas	2.916	2.984
Total	<u>18.171</u>	<u>19.849</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	10.593	11.101
ICMS	1	1
ISS de terceiros	47	-
Outros tributos	147	170
Total	<u>10.788</u>	<u>11.272</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para P&D	8.607	7.339
Encargos regulatórios a recolher (*)	567	1.011
Total	<u>9.174</u>	<u>8.350</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.775.635</u>	<u>1.775.635</u>
Juros e variação monetária	134.241	90.781
Pagamentos Principal	(63.667)	(41.940)
Pagamentos Juros	(118.183)	(79.121)
Custo de transação	4.013	1.416
Saldo em 30 de setembro de 2023	<u>1.732.039</u>	<u>1.746.771</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.714.848</u>	<u>1.714.848</u>
Juros e variação monetária	122.386	81.155
Pagamentos Principal	(69.733)	(45.962)
Pagamentos Juros	(113.505)	(76.091)
Custo de transação	7.928	5.286
Saldo em 30 de setembro de 2024	<u>1.661.924</u>	<u>1.679.236</u>
Classificados como:	30/09/2024	31/12/2023
Circulante	87.651	89.569
Não Circulante	1.574.273	1.625.279

Em 9 de abril de 2018, a Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incide juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua liquidação está prevista em 15 de novembro de 2035. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 30 de setembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2024</u>
2025	109.038
2026	118.524
2027	128.836
2028 em diante	<u>1.217.875</u>
Total	<u>1.574.273</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	595.023	595.023
Juros e variação monetária	53.861	53.861
Pagamentos Principal	(27.121)	(27.121)
Pagamentos Juros	(20.923)	(20.923)
Custo de transação	204	204
Saldo em 30 de setembro de 2023	601.044	601.044
Saldo em 31 de dezembro de 2023	566.224	566.224
Juros e variação monetária	48.765	48.765
Pagamentos Principal	(25.278)	(25.278)
Pagamentos Juros	(28.315)	(28.315)
Custo de transação	273	273
Saldo em 30 de setembro de 2024	561.669	561.669
Classificado como:	30/09/2024	31/12/2023
Circulante	79.894	68.778
Não Circulante	481.775	497.446

Em 24 de agosto de 2018, a Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 30 de setembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	30/09/2024
2026	60.601
2027	64.388
2028 em diante	356.786
Total	481.775

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

19 Provisões

	30/09/2024	31/12/2023
Compensação ambiental	6.433	8.931
Outras provisões	610	684
Total	7.043	9.615
Circulante	88	85
Não circulante	6.955	9.530

20 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	481.915
Constituição	58.446
Amortização	(44.993)
Saldos em 30 de setembro de 2023	495.368
Saldos em 31 de dezembro de 2023	498.481
Constituição	88.326
Amortização	(75.617)
Saldos em 30 de setembro de 2024	511.190
Circulante	32.750
Não circulante	478.440

21 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 55 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2023).

21.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 10.458 (R\$ 9.968 em 31 de dezembro de 2023).

22 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2024, o saldo ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 2.764 (R\$ 3.867 em 31 de dezembro de 2023) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

<u>Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos</u>	<u>Vigência</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
		<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Argo Holding	31/07/2029	42	-	42	-
Argeb	31/07/2029	42	-	42	-
Argo II	31/07/2029	134	162	1.243	1.527
Argo III	31/07/2029	265	283	1.374	2.729
Argo IV	31/07/2029	227	202	1.336	2.007
Argo V	31/07/2029	257	612	1.366	2.069
Argo VI	31/07/2029	241	357	1.350	1.843
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	31/07/2029	700	1.108	1.809	5.327
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	31/07/2029	417	493	1.526	3.163
Argo IX	31/07/2029	439	650	1.548	3.576
Total		2.764	3.867	11.636	22.241

22.1 Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 6.826 (R\$ 6.222 em 30 de setembro de 2023), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo I. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	2.354	2.450
Encargos sociais	1.002	1.214
Bônus	3.470	2.558
Total	6.826	6.222

23 Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 500.000 tendo sido integralizados 499.811.000 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	30/09/2024		31/12/2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	499.811.000	100	499.811.000	100

23.1 Reservas de lucros

23.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal, por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

23.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0052/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 14 de setembro de 2020 foi garantido à Argo I pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

23.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu R\$ 3.014 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 72.340 a título de dividendos adicionais propostos. Os dividendos adicionais propostos não foram aprovados pela Conselho de Administração da Companhia sendo revertidos a conta de reserva de lucros no exercício de 2024.

Em 19 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de R\$ 235.705 a título de dividendos intermediários e foram ratificados pela Assembleia Geral Extraordinária.

24 Receita líquida

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Receita de construção	2.408	11.530	-	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	164.853	553.189	157.079	556.599
Receita de operação e manutenção	26.744	78.212	25.734	75.253
Parcela Variável e outras deduções	(386)	(673)	(14.331)	(16.363)
Outras receitas	(1.500)	(13.168)	16.650	21.121
Receita bruta	192.119	629.090	185.132	636.610
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(1.955)	(12.708)	(1.524)	(13.453)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(9.265)	(40.971)	(15.601)	(45.410)
(-) Encargos regulatórios	(2.189)	(6.189)	(560)	(4.531)
	178.710	569.222	167.447	573.216

25 Custos e despesas por natureza

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Serviços de terceiros	(4.283)	(11.284)	(3.545)	(11.026)
Custo de construção	(1.982)	(9.487)	-	-
Pessoal	(9.809)	(20.001)	(9.264)	(23.228)
Arrendamentos e aluguéis	(257)	(614)	(293)	(630)
Depreciação e Amortização	(820)	(2.429)	(693)	(1.999)
Seguros	(141)	(419)	(135)	(409)
Tributos	(23)	(122)	(42)	(140)
Materiais	(322)	(701)	615	(1.769)
Outras receitas operacionais	-	740	350	350
Provisão para Contingência	(1)	(176)	(146)	(146)
Outros	(181)	(592)	(861)	(1.605)
Total	(17.819)	(45.085)	(14.014)	(40.602)
Valores alocados a:				
Custos de operação e manutenção	(6.505)	(16.699)	(8.584)	(19.767)
Custos de construção	(1.982)	(9.487)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(9.332)	(19.639)	(5.780)	(21.185)
Outras despesas e receitas operacionais	-	740	350	350

26 Resultado financeiro

	<u>01/07/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/01/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	8.475	26.552	7.592	26.165
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(396)	(1.240)	(354)	(1.218)
Outras receitas financeiras	491	547	1.062	2.705
Total	<u>8.570</u>	<u>25.859</u>	<u>8.300</u>	<u>27.652</u>
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(40)	(72)	(45)	(72)
Juros e variação monetária	(54.799)	(171.151)	(56.586)	(188.102)
Outras despesas financeiras	(3.970)	(9.891)	(3.010)	(9.769)
Total	<u>(58.809)</u>	<u>(181.114)</u>	<u>(59.641)</u>	<u>(197.943)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(50.239)</u>	<u>(155.255)</u>	<u>(51.341)</u>	<u>(170.291)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

27.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2024 A</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2023 A</u> <u>30/09/2023</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	368.882	362.323
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(125.420)	(123.190)
Incentivos Fiscais (*)	43.559	37.832
Adições e Exclusões Permanentes	(36)	(536)
(+) Outros	(59)	(2.290)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	<u>(71.216)</u>	<u>(79.076)</u>
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(10.740)</u>	<u>(9.108)</u>
Alíquota efetiva	23%	27%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

27.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	862.752	(1.771.362)	(908.610)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(6.646)	-	(6.646)
Contratos de concessão (b)	(22.981)	(49.449)	(72.430)
Saldos em 30 de setembro de 2023	833.125	(1.820.811)	(987.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	825.288	(1.830.931)	(1.005.643)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	421	-	421
Contratos de concessão (b)	(24.925)	(46.712)	(71.637)
Saldos em 30 de setembro de 2024	800.784	(1.877.643)	(1.076.859)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

28 Resultado por ação

	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024	01/07/2023 A 30/09/2023	01/01/2023 A 30/09/2023
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do período	88.408	286.926	84.615	274.139
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	499.811.000	499.811.000	499.811.000	499.811.000
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,1769	0,5741	0,1693	0,5485

29 Instrumentos financeiros

29.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	50.430	195.661	50.430	195.661
Total			50.430	195.661	50.430	195.661
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	20.529	21.212	20.529	21.212
Contas a receber de clientes	6	2	77.868	71.602	77.868	71.602
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	158.522	124.658	158.522	124.658
Total Ativo			256.919	217.472	256.919	217.472
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	13	2	4.255	2.434	4.255	2.434
Empréstimos e Financiamentos	17	2	1.661.924	1.714.848	1.661.924	1.714.848
Debêntures	18	2	563.443	569.139	561.669	566.224
Outros passivos		2	41.416	26.562	41.416	26.562
Total Passivo			2.271.038	2.312.983	2.269.264	2.310.068

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

29.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 30 de setembro de 2024.

29.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

29.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de setembro de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 77.868 (R\$ 71.602 em 31 de dezembro de 2023).

29.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

29.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

29.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de setembro de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	4.255	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	87.651	109.038	118.524	1.346.711
Debêntures	79.894	75.663	60.601	345.511
Total	171.800	184.701	179.125	1.692.222

29.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de setembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de setembro de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,17% ao ano, para o IPCA, é de 3,84% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de setembro de 2024 é de 7,21% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	20.529	2.293	1.720	1.147
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	50.430	5.633	4.225	2.817
Fundos restritos	Redução do CDI	158.522	17.707	13.280	8.854
Total		229.481	25.633	19.225	12.818
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	1.661.924	119.825	89.869	59.913
Debêntures	Aumento do IPCA	563.443	21.636	16.227	10.818
Total		2.225.367	141.461	106.096	70.731

30 Seguros

Em 30 de setembro de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2025
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2025
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2025

31 Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
Compensação de IRPJ	43.558	37.832

32 Eventos subsequentes

A Companhia, em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, em função da eleição do Sr. André Augusto Telles Moreira para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Alexandre José Marqueti Fontes, que vinha acumulando tal cargo de forma interina, conforme comunicado ao mercado publicado em 31 de janeiro de 2024, passará a exercer de forma exclusiva o cargo de Diretor Operacional da Companhia, para o qual foi reeleito em 31 de janeiro de 2024.

* * *

Simone Borsato
Diretora Financeira e de
Relação com Investidores

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O